



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



160

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0125024-8

COMARCA: RECIFE – PE 1ª Vara do Júri

APELANTES: ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO e outros

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

5460

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA NÃO ACOLHIDA. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA INCONTESTE. MATERIALIDADE COMPROVADA. PROVA INCONTROVERSA DA CULPABILIDADE DOS RÉUS. VEREDICTO AMPARADO NUMA DAS VERSÕES COLHIDAS NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. DECISUM NÃO MERECE REPAROS. – APELO NÃO PROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

1. Prova testemunhal incontroversa não admite dúvida acerca da participação dos réus no crime e, afasta, de logo, a alegação de que o veredicto dos jurados é manifestamente contrário à prova dos autos.

- 495
161
2. Entendimento jurisprudencial assente de que, se duas versões sobre o mesmo fato forem apresentados aos jurados e ambas estiverem apoiadas em elementos de convicção o acolhimento de uma não invalida a outra.
 3. Assim, evidenciada a autoria não se admite a anulação do julgamento popular, sob o fundamento do art. 593, III, d, do CPP, do veredicto que se revela coerente e respaldado no conjunto probatório.
 4. No caso, a tese da acusação foi acolhida pelos jurados porque fundamentada nas provas colhidas durante a instrução criminal, porquanto a nulidade da decisão plenária consistiria em afronta à soberania dos veredictos proferidos pelo 1º Tribunal do Júri do Recife.
 5. Não se admite desclassificação de homicídio para lesões corporais seguida de morte quando a intensidade do dolo evidencia a intenção do agente.
 5. Apelo não provido. Sentença mantida. De ofício dou provimento a apelação apenas e tão-somente para fixar o regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena, no termos da *novatio legis in melius* 11.464/07, que modificou o inciso II do art 2º da lei dos crimes hediondo.

ACÓRDÃO

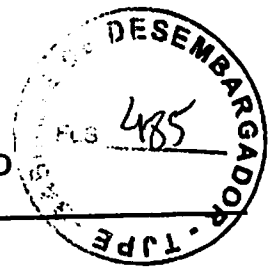
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0125024-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, a unanimidade de votos, em negar provimento a apelação e manter a sentença recorrida, e, de ofício, prover o recurso tão somente para que a pena seja cumprida no regime inicialmente fechado, de acordo com o voto do Des. Relator.

Recife, 18 de Dez de 2009.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

162

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0125024-8

COMARCA: RECIFE – PE 1ª Vara do Júri

APELANTES: ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO e outros

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta pelos réus **ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO, SALOMÃO AZEVEDO SANTIAGO JUNIOR E REVETREA RIBEIRO DO NASCIMENTO**, insatisfeitos com a decisão do 1º Tribunal do Júri da comarca do Recife que os condenou nas sanções do art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal. Pugnam pela anulação deste e realização de novo julgamento.

Em suas razões recursais, fls. 395/404, o recorrente **ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO** alega decisão é manifestamente contrária às provas dos autos. Argumenta que os ferimentos que provocaram a morte da vítima não foi realizado por ele nem pelos outros dois apelantes, mas, pelo menor Jamerson Diogo de Moraes, por instrumento contundente descrita na perícia tanatoscópica.

Afirma, o recorrente que os depoimentos das testemunhas são contraditórios. Sienta, que não restou provada a imputação de que os ferimentos à faca-peixeira produzidos na vítima foram feitos pelo apelante, pois o objeto não fora reconhecido como de sua propriedade. Ressalta, que o menor Jamerson, foi ouvido como testemunha em procedimento instaurado pelo promotor.

Defende, a nulidade do julgamento, pois a decisão é manifestamente contrária a prova dos autos. Alega, que o apelante **ERB DO NASCIMENTO** não conhecia a vítima, confessa a autoria das lesões, mas não as que causaram a sua morte. Não registra antecedente criminal. Requer, ao final, o provimento do presente apelo submetendo-se o apelante a novo julgamento pelo Tribunal do Júri da comarca Capital.



As razões de recurso do apelante Salomão Azevedo Santiago Junior vem as fls 421/424, pela defensoria pública do estado de Pernambuco, alegando que não concorreu para a morte da vítima embora estivesse no local do crime e nega qualquer participação, pois somente o réu Erb do Nascimento teria motivos para mata-la. Ressalta, que a prova testemunhal favorece o apelante. Pugna ao final, o provimento do presente apelo submetendo-se o apelante a novo julgamento pelo Tribunal do Júri da comarca Capital.

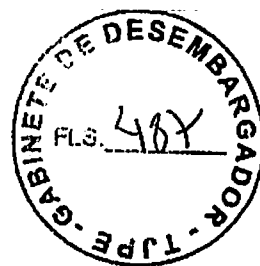
As razões de recurso do apelante REVETTREA DO NASCIMENTO VEM AS FLS 443/447, pela defensoria pública DE 2ª Instância, alegando que das testemunhas ouvidas durante a instrução do processo e na fase administrativa, ninguém presenciou o ora apelante atacar a vítima ou mesmo discutir com ela ou, ainda, que tivesse motivos pra lhe tirar a vida.

Em juízo, negou qualquer tipo de participação no crime. A participação do apelante restringe-se, apenas, a ajuda a vítima e também por ter levado a Jô para casa, além de ser testemunha ocular das primeiras agressões praticadas pelo réu ERE DO NASCIMENTO.

Enfatiza, que o apelante REVETREA foi surpreendido pelo seu indiciamento. Contudo, mais uma vez, tornou negar a acusação. No entanto, o Conselho de Sentença o considerou culpado e na sentença, o juiz aplicou quatorze anos de reclusão. A prova testemunhal não aponta qualquer participação do apelante no crime. o veredicto não acompanhou o conjunto das provas acostada aos autos. Daí, porque, merece ser anulado por afrontar a alínea "d" do inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal. Pugna ao final, o provimento do presente apelo submetendo-se o apelante a novo julgamento pelo Tribunal do Júri da comarca Capital.

Nas suas contra-razões, ass fls 452/455, o representante do Ministério Público afirma que a materialidade é inconteste e a autoria incontroversa. Além disso, a tese defensiva não restou demonstrada. Requer o não provimento do apelo, devendo ser mantida a decisão do Conselho de Sentença.

fcsi



164

A Procuradoria de Justiça em parecer opina as fls 458/461 pelo improvimento do recurso.

É O RELATÓRIO.

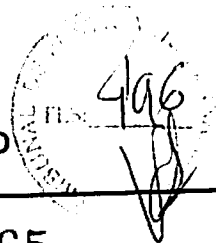
À douta revisão.

Recife, 13 de Novembro de 2009.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL.

165

PROCESSO: Nº 125024-8

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTES: ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Erb de Nascimento Araújo, Salomão Azevedo Santiago Júnior e Revettrea Ribeiro do Nascimento inconformados com a decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri desta Comarca, que condenou o primeiro apelante à pena de 15(quinze) anos de reclusão e os outros dois a pena de 14(quatorze) anos de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.

Consta na denúncia, que no dia 15 de janeiro de 2000, por volta das 01:30 horas, em frente ao nº 309, da rua Pereira Passos, bairro de Campo Grande, nesta cidade, os apelantes, através de murros, pontapés e outros instrumentos contundentes (tijolos e segmentos de madeira), bem como instrumento perfuro-cortante (faca peixeira), lesionaram mortalmente a vítima Euzébio de Souza Gaia, que se encontrava no lugar e hora errados e estava tão embriagado que não esboçou qualquer gesto de reação.

Submetido os acusados a julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca, o Conselho de Sentença decidiu pelas suas condenações no crime de homicídio qualificado contra a vítima Euzébio de Souza Gaia.

166

Inconformados os réus Erb de Nascimento Araújo, Salomão Azevedo Santiago Júnior e Revettrea Ribeiro do Nascimento interpõem os presentes recursos de apelação, por considerar a decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

O apelante Erb de Nascimento Araújo alegou que a decisão do Conselho de Sentença foi contrária à prova dos autos, pois as lesões provocadas na vítima por ele e pelos outros dois apelantes, não foram a causa da morte dela, mas sim, as lesões provocadas pelo menor Jamerson Diogo de Moraes, bem como as facadas que teve a autoria ignorada.

Já os apelantes Revettrea, Salomão e o menor Diogo atribuíram a autoria de todas as lesões provocadas na vítima ao apelante Erb de Nascimento Araújo. Requereram, assim, que fosse julgado procedente o recurso e, conseqüentemente, anulada a referida decisão do Conselho de sentença.

O representante do Ministério Público, em suas contrarrazões, nas fls. 452 a 455, pugnou pela manutenção da sentença proferida pelo Tribunal do Júri desta Comarca, pois se encontra totalmente arrimada do conjunto probatório.

Nesta instância, manifestou-se a douta Procuradoria de Justiça, às fls. 458 a 461, pelo improvimento do recurso defensivo, para que seja mantida a decisão do Tribunal do Júri da Capital.

As fls. 464 e 465, o relator convocado despachou remetendo os autos à Procuradoria de Justiça, a fim de que fosse nomeado outro Procurador, tendo em vista que o *Parquet* que ofertou o parecer já tinha atuado na 1ª instância.

Remetidos os autos à Procuradoria de Justiça, em sua cota de fls. 469 a 471, a coordenadora da Procuradoria Criminal afirmou que existe posicionamento no sentido de não reconhecer impedimento na intervenção em segunda instância de membro do *Parquet*, que teve atuação em primeira instância.

pmbm 2

De logo, remeteu os autos ao chefe da Instituição para se manifestar a respeito do tema.

167

Às fls. 473 a 476, o douto Procurador Geral de Justiça entendeu que o Procurador Convocado não estava impedido de atuar no presente feito, tendo como válido o parecer por ele ofertado às fls. 457 a 461, determinando assim que os autos fossem remetidos ao Desembargador Relator para os devidos fins.

Após essas considerações passo a analisar o presente feito:

Compulsando os autos, vislumbra-se que a materialidade está devidamente demonstrada, através do laudo tanatoscópico de fls. 58/58, corroborada pelas fotografias de fls. 212/213.

Do mesmo modo, a autoria dos fatos descritos na denúncia encontra-se comprovada, mediante os depoimentos das testemunhas prestados e pela confissão de um dos apelantes Erb de Nascimento Araújo, que apesar de ter defendido a tese de que a vítima teria sofrido lesões corporais seguida de morte, em momento algum negou o ocorrido, dando-se apenas uma nova interpretação ao fato criminoso.

Senão vejamos, o que foi dito pelo apelante Erb de Nascimento Araújo em seu interrogatório perante a Autoridade policial, às fls. 43:

"(...) que o depoente ficou bebericando com sua mulher, a Jô, além de outros vizinhos tais, como Júnior, Tola, Revi, numa casa (...) que a mulher do depoente encontrava-se enrolada numa toalha, coisa que o depoente considera normal e, num dado momento ela resolveu urinar, tendo o depoente mando que fosse no oitão daquela casa; que o depoente até então não sabia que naquele beco tinha um homem, tendo a Jô, ao entrar no beco para urinar, gritado, ocasião em que o depoente correu em seu socorro e viu quando o dito homem apalpava os seios de sua esposa; que o depoente revoltado partiu para cima daquele homem que nunca tinha visto antes, jogando-o contra a parede; que o aludido homem encontrava-se de pé e segurava a mulher do depoente, tendo este observado que o tal homem encontrava-se embriagado, assim como o próprio depoente e seus amigos, (...) tratar-se de Eusébio conhecido por Bebo, escorou-se na parede e foi arreando até o solo, sendo partir daí espancado tanto pelo depoente quanto pelos seus amigos o Júnior, o Revi e o Tola; que o depoente levou sua mulher para casa que estava bastante nervosa e quase inconsciente, devido o seu estado de gravidez, porém,

Fls. 168
não antes de ver o Júnior com uma pequena faca tipo canivete em punho que média, aproximadamente 4 polegadas, passando este a golpear a vítima em pé; que o depoente após levar sua mulher para casa retornou ao local do fato, ora focado e recomeçou os espancamentos, sempre acompanhado dos amigos já aludidos; que o depoente numa dessas vezes, pegou de um tijolo e passou a golpear a vítima destes autos, que após saciar seu desejo de vingança, o depoente rumou para casa, deixando a vítima destes autos ao solo, bastante machucada; que perguntado pela autoridade policial se tinha a intenção de ceifar a vida da vítima dos autos, respondeu que sim, queria matar a mesma, batendo com força na cabeça da vítima com um tijolo; que na manhã seguinte o depoente foi despertado pela sua mulher que avistou numa casa vizinha aglomerado de pessoas; (...) a fim de saber do que se tratava verificou trata-se do homem que, na noite anterior fora violentamente espancado, tanto pelo depoente quanto pelos seus amigos bebedeira; que aquele homem não teve nenhuma chance de defesa, até porque eram quatro contra um e além do mais ele estava bastante embriagado; que tal Eusébio já estava morto, em decorrência das agressões que sofrera; (...) que o depoente já foi preso na Delegacia de Santo Amaro, por estar fumando maconha."

168

Vejamos agora o que foi alegado pelo referido apelante, às fls. 171, na fase judiciária:

"(...) Que no dia e hora do fato narrados na denúncia o interrogado encontrava-se em frente a residência do mesmo, no bairro de Campo Grande em companhia da esposa; que o interrogado estava bebendo cerveja, (...) que das acusações que lhe são feitas, umas são verdades e outras não; que estava bebendo em frente ao número 309; que a esposa do acusado saiu para urinar; que a mesma estava grávida de seis meses; que passados alguns minutos o interrogado ouviu os gritos da esposa; que quando chegou no local onde a esposa estava gritando viu que a vítima estava agarrada com sua esposa; que estava com as mãos nos seios da esposa. (...) que a esposa do interrogado foi urinar num beco, que ao ver a vítima agarrada com a esposa começou a espancar a vítima; (...) que o interrogado espancou a vítima apenas com as mãos; que o menor Jamerson ajudou o interrogado a espancar a vítima; que nenhum dos quatro tinha faca; que não sabe quem esfaqueou a vítima; (...) que teve um momento que espancou a vítima com uma pedra, que a pedra era pequena, que ficou espancando a vítima com esta pedra que cabia na sua mão, (...) que lido parte do depoimento prestado perante a autoridade policial às fls. 43 dos autos, ou seja um trecho em que o interrogado confessa que espancou violentamente a vítima este diz que não confirma tal depoimento, pois naquele momento encontrava-se bastante nervoso e cheio de dúvidas. (...) que o interrogado não foi espancado na delegacia apenas estava bastante nervoso "

100
115
120
125
130
135
140
145
150
155
160
165
170
175
180
185
190
195
200
205
210
215
220
225
230
235
240
245
250
255
260
265
270
275
280
285
290
295
300
305
310
315
320
325
330
335
340
345
350
355
360
365
370
375
380
385
390
395
400
405
410
415
420
425
430
435
440
445
450
455
460
465
470
475
480
485
490
495
500
505
510
515
520
525
530
535
540
545
550
555
560
565
570
575
580
585
590
595
600
605
610
615
620
625
630
635
640
645
650
655
660
665
670
675
680
685
690
695
700
705
710
715
720
725
730
735
740
745
750
755
760
765
770
775
780
785
790
795
800
805
810
815
820
825
830
835
840
845
850
855
860
865
870
875
880
885
890
895
900
905
910
915
920
925
930
935
940
945
950
955
960
965
970
975
980
985
990
995

Há de se notar que a tese defendida pelo apelante perante a autoridade Judiciária não há nenhum amparo no conjunto probatório, devendo assim ser de logo afastada. Além do mais, o apelante Erb do Nascimento Araújo na fase inquisitiva declarou com muitos detalhes o ocorrido, assumido a autoria e atribuindo-a também aos seus comparsas. Verifica-se, portanto, que tal apelante em Juízo quis foi apresentar uma nova versão aos fatos criminosos, como forma de se eximir das acusações a ele imputadas, quando disse que estava no local do crime, porém não concorreu para a morte da vítima.

169

Em plenário, o apelante Erb do Nascimento Araújo apresentou outra versão quando asseverou que foi o responsável juntamente com os demais apelantes pelo crime de lesão corporal praticado contra a vítima e não pela sua morte. E afirmou ainda que o menor Jamerson Diogo de Moraes é o único responsável pelas lesões letais. Tese defensiva não provada nos autos, pois a própria perícia tanatoscópica registrou que a morte da vítima foi ocasionada por choque decorrente de ferimentos da cabeça por instrumentos contundente e no tronco por instrumento perfuro-cortante do tipo faca-peixeira, demonstrando assim que a vítima também faleceu em virtude do espancamento.

As testemunhas também corroboraram na tese da acusação, quando afirmaram em Juízo que os apelantes Erb do nascimento Araújo, Salomão Azevedo e Revettrea Ribeiro do Nascimento praticaram o fato criminoso, senão vejamos os seus depoimentos:

A testemunha Jamersson Diogo de Moraes Barreto, vulgo Tola, às fls. 223, assegurou: "(...) que chegaram Erb e a mulher, os quais estavam cheirando cola de sapateiro e já bastante embriagados; que a mulher de Erb encontrava-se enrolada em uma toalha e vestia uma blusa, tendo ido fazer xixi no beco da própria casa, onde estavam bebendo; que a vítima estava estirada no chão com as pernas abertas e a mulher de Erb tropeçou caindo sobre a vítima; que tal mulher se encontrava grávida e teria gritado pedindo socorro, dizendo Erb um homem está me tarando aqui, que Erb correu para o local e também o depoente, Rev e Júnior, que Erb começou a espancar a vítima, enquanto os dois outros acusados tentavam segura-lo para impedir o espancamento e foi lá fora em que a mulher de Erb desmaiou, caindo sobre um pé de goiaba, que quando Erb viu sua mulher no chão, ficou muito mais violento, tendo pego um pedaço de pau com o qual bateu na cabeça da vítima por uma vez, que Rev tomou o referido pau e jogou sobre o telhado da casa e o depoente cuidou de jogar fora outro pedaço de pau que ali existia; que Erb passou a espancar a vítima com uma pedra ou tijolo, batendo na cabeça da mesma, chutando a cabeça e o corpo da vítima e pisava muito na boca do estômago, que Rev e Júnior levaram a mulher de Erb para casa dela e o depoente ficou assistindo Erb espancando mais

ainda a vítima, com receio de separar ele, pois poderia sofrer alguma empresália de Erb (...) que Erb foi em casa para ver como estava sua mulher e gritava bem alto para todo mundo ouvir "vou matar este puto", (...) que ficou sabendo que Erb teria retornado ao beco ainda duas ou três vezes, porém ele depoente já não mais estava no local; que não viu Erb esfaquear a vítima e ficou sabendo, depois, que Arlindo teria dito que vira os fatos através de uma brecha da porta, pois estava lá atrás na casa; que Erb chegou até a tirar a roupa da vítima e ficou pulando em seu abdome."

170

A testemunha Eliane Ribeiro de Oliveira, às fls. 224, afirmou: "Que presenciou quando Erb adentrou numa casa abandonada que fica em frente a casa da depoente, pegou uma pedra de um tamanho de um tijolo para espancar a vítima, que não escutava gritos e nem gemidos, apenas zoadas de pancadas; que ele foi uma quatro a cinco vezes ao beco, proveniente de sua casa e todas elas espancar a vítima."

A testemunha Josilene da Silva, às fls. 220 asseverou: "Que no dia de que trata a denúncia, ela declarante teria ido urinar em um beco próximo a uma casa vazia, onde estavam os três acusados; que a vítima pulou em cima dela declarante, apalpando-lhe os seios; que a vítima ainda jogou a declarante contra a parede, oportunidade em que surgiu o seu marido, Erb, e ambos começaram a brigar, chegando ao local os dois outros acusados e ainda um rapaz conhecido por Tola; que nenhum dos quatro se encontrava armado de faca; que estava escuro, mas sabe a declarante que pegaram pedras e tijolos e jogaram na vítima, (...) que a reação do marido da declarante e dos acusados se deu imediatamente ao momento em que a vítima apalpou os seios dela declarante, que gritou chamando pelo acusado Erb, (...) que quando os meninos acabaram de dar nele, o colocaram sentado no mesmo local em que estava, e notou a declarante que a vítima se encontrava com vida."

A Informante Viviane Ribeiro do Nascimento (irmã do acusado Revettrea Ribeiro), às fls. 221, disse: Que no dia de que trata a denúncia, a declarante teria visto a vítima se rastejando, bêbada, por volta das 20:00 horas, momento em que ao ouvir barulhos saiu de casa, momento em que cruzou com sua vizinha, Severina Alves da Silva, dizendo para a declarante trazer seu irmão Rev para casa porque Erb estaria espancando o rapaz que estava bêbado lá no beco, tendo a declarante ouvido o mesmo dizer que iria matar a vítima, que mataria aquele puto, (...) que a esposa de Erb já teria sido levada para casa pelo próprio Erb, Rev e Júnior, mas Erb voltou para o local, continuando a espancar a vítima; que chegou a ver Erb retornar ao beco cerca de quatro a cinco vezes; que na terceira vez, Erb espancou a vítima com tijolo, (...) que só viu quando Erb pegou o tijolo, entrou no beco e espancou o rapaz e de sua casa, dava para ouvir o barulho do tijolo."

É de se observar pelos testemunhos acima transcritos que não deve prosperar a tese de desclassificação para lesão corporal seguida de morte, pois o apelante Erb do Nascimento Araújo e os outros dois apelantes agiram com extrema violência e crueldade contra a vítima, assumindo assim o resultado morte.

Além do mais, é de se notar que o apelante Erb do Nascimento Araújo trata-se de um indivíduo extremamente desequilibrado e perigoso, pois agrediu a pessoa da vítima sem esta ter feito nada que justificasse tamanha agressão.

Deste modo, não há dúvida que a decisão do Conselho de Sentença está correta em afastar a tese de lesão corporal seguida de morte, uma vez que os jurados ao responder os quesitos afirmaram que as lesões praticadas pelos acusados foram a causa da morte da vítima.

171

502

Assim, podemos afirmar que arguição da defesa pela desclassificação de homicídio para lesão corporal seguida de morte, não deve prosperar, pois o Conselho de Sentença teve um razoável entendimento a respeito do fato ora em análise, no sentido de que a vontade demonstrada do acusado era de matar e não de ferir, uma vez que ele por repetidas vezes espancou a vítima, até o momento da sua morte.

Em relação aos apelantes Salomão e Revettrea, embora neguem ter participado do espancamento que levou vítima a morte, as suas co-autorias ficaram devidamente comprovadas, pois aderiram subjetivamente a conduta do apelante Erb do Nascimento Araújo, ajudando-o a espancar a pobre vítima em defesa, devendo assim, serem penalizados pelo crime de homicídio duplamente qualificado.

Como se vê, o conjunto probatório produzido nos autos demonstra nitidamente que os acusados espancaram brutalmente a vítima, levando-a morte. Assim, não há que se falar em absolvição pela vaga alegação de ausência de provas.

Sendo assim, verifica-se que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença não afronta as provas carreadas aos autos, estando, ao revés, devidamente lastreada no conjunto probatório constante do presente processo.

Além do mais, sabe-se que só se considera como decisão manifestamente contrária à prova dos autos àquela que se afasta por completo dos elementos constantes do processo, caracterizando-se como criação mental dos jurados.

Assim, é que o julgamento proferido pelo Júri só deve ser anulado diante de uma decisão manifestamente dissociada do conjunto probatório. Nesse sentido, é ilustrativo o seguinte entendimento jurisprudencial:

"É pacífico, hoje, que o advérbio 'manifestamente', usado pelo legislador no art. 593, III, d. do CPP, dá bem a idéia de que só se

pmbm 3

admite seja o julgamento anulado quando a decisão do Conselho de Sentença for arbitrária, por se dissociar inteiramente da prova dos autos. E não contraria esta a decisão que, com supedâneo nos elementos de convicção deles constantes, opte por uma das versões apresentadas" (TJSP -- AC -- Rel. Álvaro Cury -- RT 595/349)"

172

No caso em apreço, constata-se que os jurados decidiram com esteio nas provas dos autos, rejeitando a tese de negativa de autoria esposada pela defesa dos apelantes Salomão e Revettrea e a tese de desclassificação para lesão seguida de morte do apelante Erb do Nascimento Araújo, acolhendo a tese acusatória defendida pelo Ministério Público.

Diante do exposto, considerando que o Conselho de Sentença decidiu em conformidade com o lastro probatório contido nos autos, meu voto é pelo improvimento dos recursos apelatórios interpostos pela defesa de Erb do Nascimento Araújo, Salomão Azevedo Santiago Júnior e Revettrea Ribeiro do Nascimento, e de ofício, modificar o regime de cumprimento de pena para inicialmente fechado, mantendo-se a sentença atacada nos seus demais termos.

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

1509
173

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº 125.024-8

APELAÇÃO CRIMINAL

COMARCA: RECIFE

APELANTES: ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: CARLOS A. P. VITÓRIO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador.

Cuida-se de recursos de apelação interpostos contra a decisão do Conselho de Sentença do 1º Tribunal do Júri da Comarca da Capital, o qual emitiu veredicto condenatório em desfavor de ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO, SALOMÃO AZEVEDO SANTIAGO JÚNIOR, conhecido por "Júnior", e REVETTREA RIBEIRO DO NASCIMENTO, conhecido por "Revi", por entender que os referidos réus praticaram o ilícito penal descrito no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, pelo que o primeiro foi condenado à pena de 15 (quinze) anos de

reclusão, enquanto que os demais receberam 14 (catorze) anos de reclusão como reprimenda, a serem cumpridas no regime integralmente fechado.

505
174

A defesa do réu **ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO** alega, em síntese, que a decisão do Corpo de Jurados foi proferida em manifesta contrariedade à prova dos autos. Aduz que o ora apelante apenas procluiu lesões corporais em Euzébio de Souza Gaia, agredindo-o com socos e chutes, em razão da sua companheira, Josilene da Silva, haver sido agarrada pela vítima. Afirma que o recorrente foi contido por "Júnior" para socorrer sua companheira que estava passando mal, ocasião em os réus foram para suas respectivas residências. Neste momento, diz a defesa, o menor Jamerson Diogo de Moraes Barreto, conhecido por "Tola", investiu contra a vítima, que se encontrava indefesa, causando-lhe as lesões contundentes descritas na perícia tanatoscópica. Assevera que esta versão é corroborada pelas provas carreadas aos autos. Pugna, por fim, pela anulação do julgamento em foco, a fim de que o apelante seja submetido a novo júri.

SALOMÃO DE AZEVEDO SANTIAGO JÚNIOR, através de Defensor Público, interpôs apelo por não se conformar com a decisão do Conselho de Sentença. A defesa alega que o co-réu **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO** declarou que o ora recorrente não participou da conduta delituosa, bem como que chegou a socorrer a vítima. Assevera que o ora apelante tentou apenas apartar os agressores da vítima. Afirma, por fim, que a decisão condenatória foi manifestamente contrária à prova dos autos, razão pela qual pugna que o ora apelante seja submetido a novo julgamento.

Por seu turno, **REVETTREA RIBEIRO DO NASCIMENTO**, por intermédio da Defensoria Pública, também interpôs apelo contra a decisão em testilha. Alega, em síntese, que o julgamento foi proferido em manifesta contrariedade ao conjunto probatório dos autos. Afirma que o ora apelante não participou do delito descrito na denúncia, atribuindo o crime a **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO**, o qual foi motivado pelo assédio da vítima à companheira de Erb. Ao final, requer o

provimento do recurso a fim de que o julgamento seja anulado e que o ora recorrente seja submetido a novo júri.

175

Passemos então ao exame do mérito dos recursos. A defesa de **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO** alega, em síntese, que o apelante provocou lesões corporais na vítima, contudo, foi o menor "Tola" quem teria produzido as lesões que levaram a vítima a óbito. Os patronos dos apelantes **SALOMÃO AZEVEDO SANTIAGO JÚNIOR**, e **REVETTREA RIBEIRO DO NASCIMENTO**, por seu turno, aduzem que os referidos réus não participaram da ação homicida descrita na peça acusatória, atribuindo a conduta delituosa exclusivamente a **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO**.

As teses esgrimidas pelas defesas dos réus não merecem prosperar. Como é cediço, a decisão manifestamente contrária à prova dos autos é aquela totalmente divorciada do conjunto probatório, ou seja, que não encontra amparo em qualquer elemento constante dos autos. Neste sentido:

TJMG: "Decisão manifestamente contrária à prova dos autos apta a ensejar a anulação do Júri e a afastar a soberania de sua decisão é aquela que não tem apoio em prova nenhuma, é aquela proferida ao arrepio de tudo quanto mostram os autos, é aquela que não tem a suportá-la, ou justificá-la, um único dado indicativo do acerto da conclusão adotada. Se, ao contrário, a decisão se assenta em algum dos elementos de convicção, tendo os jurados adotado uma das teses apresentadas para os fatos de que resultou a morte da vítima, não há que se falar que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos, já que o advérbio 'manifestamente', usado pelo legislador no art. 593, III, d, do CPP, dá bem a idéia de que só se admite seja o julgamento anulado quando a decisão do Conselho de Sentença for arbitrária por se dissociar inteiramente da prova dos autos" (RT 780/653).

Com efeito, esta não é a situação dos autos, visto que o veredicto condenatório se lastreou em provas concretas carregadas ao processo. O apelante **ERB**

DO NASCIMENTO ARAÚJO declarou na fase inquisitorial que agrediu a vítima em virtude desta haver apalpado seios de sua esposa (fl. 43):

176

"(...) Que o depoente revoltado partiu para cima daquele homem que nunca tinha visgo antes, jogando-o contra a parede; que o aludido homem encontrava-se de pé e segurava a mulher do depoente, tendo este observado que o tal homem encontrava-se embriagado, assim como o próprio depoente e seus amigos, que o homem aludido que veio a saber, posteriormente, tratar-se de Eusébio, conhecido por Bebo escorou-se na parede e foi arreando até o solo, sendo a partir daí espancado tanto pelo depoente quanto pelos seus amigos, o Júnior, o Revi e o Tola; que o depoente levou sua mulher para casa que estava bastante nervosa e quase inconsciente, devido ao seu estado de gravidez, porém, não antes de ver Júnior com uma pequena faca tipo canivete em punho que media aproximadamente 4 polegadas, passando este a golpear a vítima em tela; que o depoente após levar sua mulher em casa, retornou ao local do fato, ora focado, e recomeçou os espancamentos, sempre acompanhado dos amigos já aludidos; que o depoente numa dessas vezes, pegou de um tijolo e passou a golpear a vítima destes autos, que após saciar seu desejo de vingança, o depoente rumou para casa".

Em juízo, o referido apelante, apesar de se retratar em relação a algumas declarações prestadas à autoridade policial, manteve a essência do seu depoimento anterior, afirmando que agrediu a vítima primeiro com as mãos e depois com uma pedra, asseverando, ainda, que foi auxiliado pelos co-réus e pelo menor "Tola".

Esta versão dos fatos se coaduna com o teor da perícia tanatoscópica que atestou que a vítima veio a óbito não apenas pelos ferimentos produzidos por instrumento perfuro-cortante, mas também em virtude de ferimentos produzidos por instrumento contundente na cabeça e no tronco.

As demais provas deponenciais também se afiguram aptas a sustentar a tese esgrimida pelo Ministério Público. A testemunha Josilene da Silva, companheira de **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO** confirmou em juízo a versão do referido réu,

acrescentando que este, juntamente com os demais co-réus e o menor "Tola", apesar de não estarem armados com facas, agrediram a vítima com pedras e tijolos (fl. 220).

177

A informante Viviane Ribeiro do Nascimento, irmã do réu **REVETTREA RIBEIRO DO NASCIMENTO** disse em juízo que **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO** após espancar a vítima, foi deixar sua esposa em casa, retornando logo em seguida para voltar a agredir a vítima utilizando um tijolo (fl. 221).

A testemunha Jamerson Diogo de Moraes Barreto, conhecido por "Tola", prestou declarações onde corrobora a versão apresentada pela acusação (fl. 223):

"(...) Que chegaram Erb e a mulher, os quais estavam cheirando cola de sapateiro e já bastante embriagados; (...) Que Erb começou a espancar a vítima enquanto os outros dois acusados tentavam segura-lo para impedir o espancamento e foi na hora em que a mulher de Erb desmaiou, caindo por sobre um pé de goiaba, que, quando Erb viu sua mulher no chão, ficou muito mais violento, tendo pego um pedaço de pau com o qual bateu na cabeça da vítima por uma vez; (...) Que Erb passou a espancar a vítima com uma pedra ou tijolo, batendo na cabeça da mesma, chutando a cabeça e o corpo da vítima e pisava muito na boca do estômago (...)"

A alegação dos co-réus **SALOMÃO AZEVEDO SANTIAGO JÚNIOR**, e **REVETTREA RIBEIRO DO NASCIMENTO** de que não participaram do espancamento da vítima não encontra amparo nos autos. É certo, contudo, que, apesar de não terem participado da empreitada criminosa na mesma proporção de **ERB DO NASCIMENTO ARAÚJO**, devem responder por sua totalidade. Sobre o tema assim têm se manifestado nossos Pretórios:

TJSP: *"Quem emprega qualquer atividade para a realização do evento criminoso é considerado responsável pela totalidade dele, segundo a teoria monística que o nosso Direito Penal perfilhou" (RT 558/309).*

Na hipótese dos autos, portanto, verifica-se que a decisão do Conselho de Sentença se lastreou em uma das teses apresentadas no decorrer do processo, afigurando-se sem substância a afirmação da defesa de que o corpo de jurados emitiu decisão manifestamente contrária a prova dos autos, conforme se vê no seguinte excerto:

178

***TJSP:** "Júri. Decisão contrária à prova dos autos - Inocorrência - Solução adotada pelos jurados que não contraria de maneira manifesta o conjunto probatório - Recurso não provido. (...) Decisão manifestamente contrária à prova dos autos é aquela que não tem apoio em prova alguma, é aquela proferida ao arrepio de tudo quanto mostram os autos" (JTJ 198/307).*

Contudo, cuido que a decisão objurgada, de fato, careça de reforma no que tange à fixação do regime prisional. O culto magistrado que presidiu o feito determinou que as penas cominadas aos réus fossem cumpridas integralmente no regime fechado (fl. 376).

Naquela oportunidade, cumpre destacar, ainda não havia sido editada a Lei 11.464/2007 que modificou o art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, permitindo, destarte, a progressão de regime na hipótese do apenado haver sido condenado por crime definido em lei como hediondo.

Portanto, em face do que estatui o § 2º do art. 2º do referido diploma legal, a progressão de regime, em casos tais, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.

A hipótese dos autos, à toda evidência, reclama apenas que se modifique o regime de cumprimento da pena do réu, expurgando-se a

expressão "integralmente", com o fim de substituí-la pelo vocábulo "inicialmente".

179

Por tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, discordando parcialmente do pronunciamento da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo provimento parcial dos recursos de apelação, com o fim de determinar que as penas cominadas aos réus ERB DE NASCIMENTO ARAÚJO, SALOMÃO AZEVEDO SANTIAGO JÚNIOR e REVETTREA RIBEIRO DO NASCIMENTO sejam cumpridas inicialmente no regime fechado, mantendo, no mais, a soberana decisão do 1º Tribunal Popular da Comarca do Recife.

É COMO VOTO.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Lima

Revisor